



**observatório
universitário**

*Os Desafios da Universidade Brasileira
neste Início de Século e a Formação de
nossas Elites*

Documento de Trabalho n.º 47

Edson Nunes

Agosto de 2005

O Observatório Universitário, é um núcleo do instituto Databrasil – Ensino e Pesquisa que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O Observatório Universitário alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

Edson Nunes

enunes@databrasil.org.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Coordenação de Projetos

Violeta Monteiro

Equipe Técnica

Ana Beatriz Gomes de Mello Moraes

André Magalhães Nogueira

David Moraes

Enrico Martignoni

Fernanda Joffily França

Helena Maria Abu-Mehri Barroso

Helenice Andrade

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Patrícia de Oliveira Burlamaqui

Vitor de Moraes Peixoto

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

SUMÁRIO

<u>1) PROFISSIONALIZAÇÃO PRECOCE E BARREIRAS À FORMAÇÃO DE ELITES COMPETITIVAS</u>	4
<u>2) O DIMINUTO VOLUME DE TRABALHO ACADÊMICO</u>	5
<u>3) A “AULIFICAÇÃO” DO ENSINO SUPERIOR</u>	6
<u>4) RIGIDEZ INSTITUCIONAL OU ISOFORMISMO ENDÊMICO DO ENSINO SUPERIOR</u>	6
<u>5) PROFISSÕES, CURRÍCULOS E CONTEÚDOS</u>	8
<u>6) REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL VERSUS EXPANSÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR</u>	9
<u>7) RESTRICÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS À EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR</u>	10
<u>8) EXPANSÃO E EXCELÊNCIA ACADÊMICA: CENÁRIOS DIVERGENTES NO CURTO PRAZO</u>	11
<u>9) CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	13
<u>SOBRE O(S) AUTOR(ES)</u>	14
<u>DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO</u>	15

São muitos os desafios da educação superior neste início de século. Trouxe para o debate oito preocupações que, imagino, serem os desafios que confrontam o Brasil, do ponto de vista estratégico, na sua relação com a educação superior. São questões não contempladas pela reforma universitária que, pela própria natureza, tem um significado que não está relacionado aos temas que vou abordar¹.

1) PROFISSIONALIZAÇÃO PRECOCE E BARREIRAS À FORMAÇÃO DE ELITES COMPETITIVAS

O primeiro desafio é uma característica mortal do ensino superior brasileiro: a profissionalização precoce. Esse é um desafio que temos que vencer de alguma maneira. A educação brasileira, seguindo o modelo, optou por oferecer graus profissionais muito cedo aos meninos. Meninos de 21, 22, 23 anos são “doutores”, são profissionais habitados à exercerem profissões regulamentadas. No caso da França, o modelo fazia sentido porque vinha de um sistema educacional secundário de excepcional qualidade, ou seja, uma formação genérica de excepcional qualidade à qual se acoplava uma formação profissional procedente. Mesmo assim, a própria França vem discutindo a pertinência do modelo. O modelo americano inverteu o processo. Admitindo a péssima qualidade de sua educação secundária, deixou a profissionalização para o ciclo pós-graduado.

O Brasil escolheu o pior dos dois mundos. Oferece uma educação secundária de péssima qualidade e oferece uma educação profissional cedo demais, o que faz com que nossos filhos e netos tenham sua vida de estudantes secundário pautada pelos vestibulares das universidades públicas. Meninos de 15, 16 anos têm que começar a decidir se vão ser médicos, dentistas, veterinários ou advogados, o que faz com deixem de ter uma formação e passem a se preocupar com uma angústia. Se escolherem mal, essa angústia vai assombrá-los pelo resto da vida. Vão ser profissionais frustrados pelo

¹ Trabalho apresentado no seminário “Os Desafios da Universidade Brasileira neste Início de Século”, promovido pela UniFMU e pelo IMAE-Instituto Metropolitano de Altos Estudo, São Paulo, 20 de maio de 2005.

resto da vida. Isso é mortal para o processo de formação de uma elite competitiva internacionalmente.

Nós estamos num processo de deformar nossas elites por profissionalizá-las cedo demais, por bagunçar o ensino secundário, por empurrar o vestibular para os 15, 16 anos e bagunçar a educação superior e sua capacidade de expansão, porque obedecemos às corporações profissionais e às suas prescrições para a licença profissional.

2) O DIMINUTO VOLUME DE TRABALHO ACADÊMICO

Além da profissionalização precoce, que tem esse caráter deletério para a formação de elites, do ponto de vista comparado, os nossos meninos também trabalham muito pouco. O volume de trabalho discente na universidade brasileira é ridículo, quando comparado aos padrões internacionais. Cerca de 60% dos nossos meninos estudam à noite,. As aulas à noite não duram muito mais que 45 minutos, em média. Nós temos um ano letivo de 200 dias, que não são cumpridos, principalmente nas instituições públicas e em grande parte das instituições privadas de ensino superior. O ano não cabe nos 200 dias. A verdade é essa. Seriam 200 dias mais exames. Se cumpríssemos os 200 dias, em termos de aula, isso daria, no caso dos cursos noturnos, umas 600 horas de trabalho letivo por ano. Mas, em geral, a verdade aponta para o cumprimento médio de 180 dias de aula, equivalendo a 540 horas de trabalho acadêmico efetivo num ano.

O sistema de intercâmbio de créditos criado na Europa para possibilitar as equivalências entre os países do pacto europeu², o ECTS, considera que um ano letivo contém cerca de 1.600 horas de trabalho discente. Comparem quatro anos das nossas 540 horas e quatro anos das 1.600 horas européias: um bacharel brasileiro tem menos da metade do volume de trabalho discente que um bacharel europeu. Aliás, o mesmo acontece em relação a um bacharel americano de quatro anos. Aqueles de nós que tiveram a oportunidade de estudar fora, nos Estados Unidos, por exemplo, sabem o que é uma

² A "Declaração de Bolonha", acordo firmado por 28 países europeus em 1999, prevê: a adoção de um sistema comparável de graus; a redução dos cursos de graduação para no mínimo 3 anos de estudos (o que corresponde a 180 créditos, de acordo com o ECTS); a adoção de um sistema com dois ciclos principais (graduação e pós-graduação, com mestrados de dois anos e doutorados de três); o estabelecimento de um sistema de créditos, como o ECTS, como mecanismo adequado de promoção da mobilidade de estudantes; a promoção da mobilidade de estudantes e promoção de avaliações da qualidade do ensino, através do desenvolvimento de critérios e metodologias de avaliação comparáveis

jornada de oito, dez, doze, catorze horas por dia, ao longo de quatro, cinco, seis anos, seja de bacharelado, seja de mestrado ou doutorado. É o volume que se espera na preparação de elites competitivas. Mesmo assim, esses sistemas não vivem só da formação de elites. São sistemas que também oferecem alternativas à formação.

3) A “AULIFICAÇÃO” DO ENSINO SUPERIOR

No Brasil, primeiro existe essa desgraça da profissionalização precoce assombrando nossos filhos e netos. Depois, existe um volume de trabalho discente ridículo, do ponto de vista comparativo internacional. E, além disso, ou talvez por conta disso, o ensino superior brasileiro está “aulificado”. Ele é medido em aulas. Ou seja, a duração dos cursos brasileiros, que já é longa por alguns critérios e curta por outros, é toda medida em horas/aula ou em horas de aula. “Aulificamos” a educação superior brasileira, a ponto de não existir outra concepção de trabalho discente: trabalho individual, trabalhos de grupo, pesquisas. Além, portanto, das outras duas pragas que mencionei, há uma terceira que é a “aulificação” da educação superior brasileira. Ser educado na universidade brasileira significa estar sentado numa sala de aula, ouvindo um sujeito falar por 40, 50 minutos várias vezes por dia. De uma maneira geral, isso é a formação em tempo parcial no Brasil.

Portanto, minha preocupação e desafio futuro é o seguinte: que elite vamos formar para um mundo mais internacionalizado? Que gerentes? Que executivos de alto nível vamos formar? Obviamente, nosso sistema de pós-graduação, que é pequeno, forma cientistas compatíveis com a qualidade internacional. Nós treinamos muito os nossos cientistas e fizemos um esforço muito grande no Exterior. Portanto, nós temos competitividade na ponta científica, mas estamos perdendo um território perigosíssimo do ponto de vista gerencial estratégico no Brasil.

4) RIGIDEZ INSTITUCIONAL OU ISOFORMISMO ENDÊMICO DO ENSINO SUPERIOR

Um outro problema é a rigidez institucional do ensino superior brasileiro. O ensino superior brasileiro é definido por decreto, ou seja, aqui existem universidades, centros e faculdades. As universidades podem tudo, os centros mais ou menos e as faculdades não

podem nada. Essa definição, essa taxonomia é feita por decreto, ou seja, nós classificamos o sistema universitário brasileiro antes de conhecê-lo, sem saber o bicho que está lá fora. Existem, hoje, 168 universidades. Pelos critérios da reforma universitária (2005) umas 99 não se classificariam como tal, como universidade. Nossa definição de universidade é no papel, é na lei, é no decreto. Não na substância. Classificamos sem considerar as vocações institucionais. Quando se olham as classificações dos profissionais do ensino norte-americano ou da Carnegie Foundation, observa-se que o sistema americano é classificado em termos de vocações. Tem universidade de pesquisa, universidade doutoral, *colleges*, universidades apenas de graduação. Tem, ainda, uma variedade de instituições que oferecem, na base, ensino “remedial” de dois anos, que serve às vezes com transição para o ensino de cima. Ou seja, tem um sistema portátil. Portátil como? O crédito é do estudante, que o carrega para a vida e o acumula. Esse sistema portátil permite que o sistema tenha uma espiral de atendimento às diferentes vocações. Você faz o ensino de dois anos, carrega seus créditos. Quer passar para um bacharelado de quatro, leva o que já conquistou. Ou seja, você vai fazendo sua formação ao longo da vida. No Brasil é tudo estanque. O sistema não só não é portátil como pertence à instituição, não pertence ao aluno. Para ele correr de um lado para o outro do país é um problema. O sistema europeu preconizado pelo pacto de Bolonha, através de ECTS, vem aderindo à idéia de portabilidade individual da educação recebida.

Essa taxonomia da educação superior é prematura. Obviamente, não imagino que o governo possa fazer diferente, porque um dos desafios é a regulamentação da educação superior brasileira que é majoritariamente privada. Cerca de 89% de todas as instituições de ensino superior no Brasil são privadas. Dessas, 85% têm menos de dois mil alunos, ou seja, é um parque privado gigantesco e muito espalhado, como se fosse cheio de pequenas e médias empresas. Registre-se, ainda, que aproximadamente 42% das instituições privadas são de fins lucrativos -- finalidade lucrativa é uma invenção recente, mas que já mostra uma tendência da educação superior no Brasil.

Essa taxonomia, esse engessamento institucional, impede que as instituições tenham vocação variada. É preciso fazer ensino de massa para estudante pobre, para prepará-los para um bacharelado futuro, dois anos com diploma aplicado. As vocações estão perdidas por conta da regulamentação. Não creio que tenha solução, o governo tem que

fazer regulamentações. Mas não tenho dúvida que estamos matando a vivacidade da educação superior ao classificá-la antes de conhecê-la.

A micro-regulação e a profissionalização precoce impede que a educação superior tenha ciclos distintos de ensino, impede que ela seja considerada como um estágio permanente de vida.

5) PROFISSÕES, CURRÍCULOS E CONTEÚDOS

Um quinto problema, que também decorre dos já citados, é o conflito entre profissões, currículos e conteúdos. Existem 43 profissões de nível superior reguladas por lei no Brasil e mais umas 14 se habilitando no Congresso, pedindo regulamentação profissional. Essas 43 profissões reguladas respondem pela vasta maioria de todos os estudantes universitários brasileiros, ou seja, os meninos estudam profissões que são regulamentadas para fazer concursos, para participar de concorrências, para ter o diploma profissional. Aliás, para participar de concorrências é preciso estar em dia com o órgão de classe. Se você é administrador, por exemplo, tem que pagar o Conselho de Administração, senão a sua empresa ou o seu consórcio não pode participar. Ou seja, existe um emaranhado de regulamentações que reforçam as profissões reguladas por lei e essas se acham no direito de dizer às universidades o que ensinar. Os administradores acham que sabem o que uma universidade deve ensinar, os economistas querem formalizar o curso de economia de tal forma que ele seja idêntico no Brasil inteiro. Os fisioterapeutas estão em guerra porque querem também a mesma coisa.

Mas isso é um outro assunto. Voltando à questão dos desafios a serem enfrentados pela universidade brasileira além da questão dos currículos, existe uma briga pela duração dos cursos. Por diferentes razões, todos querem aumentar a duração dos cursos. Na área médica, talvez por conta da discussão em torno do ato médico, todos, do odontólogo ao veterinário, querem que os cursos tenham mais ou menos a mesma duração.

Essas brigas quanto ao conteúdo, quanto à duração, estão esterilizando a educação superior e botando em conflito duas ordens que não são conflitivas e que hoje estão em pé de guerra em muitas instâncias: a ordem profissional e a ordem universitária. A área

médica, obviamente, quer ter a palavra sobre a formação universitária na área médica; os advogados também querem definir a formação dos futuros colegas.

Em outros países como, por exemplo, os Estados Unidos, em que a formação profissional é pós-graduada, este problema não se coloca. O ensino da profissão é feito em consórcio com as universidades, sejam médicos, sejam advogados. No Brasil isso não é possível porque a formação profissional está na graduação, portanto no ensino universitário (as universidades americanas não consideram que o ensino profissional seja um ensino universitário). Para exemplificar, vou falar dos advogados -- sou inscrito na OAB e, portanto, posso falar de causas domésticas sem agredir outras profissões. Os advogados estão em pé de guerra por duas razões. Primeiro, porque o ensino jurídico é muito ruim em geral. Os advogados ficam reprovados no Exame de Ordem a todo tempo. Segundo porque eles não querem aumentar o número de faculdades de Direito no Brasil o que é uma contradição.

6) REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL VERSUS EXPANSÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Brasil tem um dos mais vergonhosos números de estudantes universitários do planeta. Mais vergonhosos do que os de grande parte dos nossos vizinhos. Como não ter espaço para mais educação superior? Como não poder aumentar o número de cursos?. Os advogados não querem aumentar porque confundem formação, educação superior com educação profissional.

Vejamos os números. O censo de 2000 declarava existir no Brasil cerca de 665 mil advogados -- pessoas recenseadas que se identificaram como advogados. Desses, 38,4% trabalhavam na área jurídica³ no ano 2000, 36,5% trabalhava em outras áreas e o restante (25%) não trabalhava. Os que trabalhavam em outras áreas eram, fundamentalmente, serventuários da justiça, gerentes de produção, escriturários em geral, dirigentes de empresas, gerentes de áreas de apoio, vendedores, contadores, inspetores, presidente da Câmara de Educação Superior sem ter mais o que fazer,

³ De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, utilizada pelo IBE, profissionais da área jurídica são os que trabalham como advogados autônomos ou de empresas, advogados do judiciário e da segurança pública, tais como juízes, desembargadores, promotores e delegados de polícia.

representantes comerciais, etc. Ou seja, as faculdades de Direito **também** formam advogados. Os advogados, porém, consideram que a faculdade de Direito só forma advogados.

Portanto, estou trazendo o exemplo dos advogados para mostrar o seguinte: a educação superior **também** forma profissionais. Mas o objetivo primeiro da educação superior talvez não seja formar profissionais. O objetivo primeiro talvez seja formar pessoas competentes com formação diversa, com formação científica, com formação humanística, com formação histórica, conhecendo as linguagens fundamentais da informática, da matemática, dos métodos quantitativos, línguas estrangeiras, linguagens a partir das quais se aprende qualquer profissão.

O grosso das profissões no setor terciário se aprende em um ano e meio ou dois, não há razão para um economista demorar quatro anos para se formar, ou um administrador demorar quatro anos para se formar, às vezes cinco. Grande parte das profissões poderia ser aprendida em ciclos pós-graduados mais curtos. É claro que a educação superior brasileira não pode ser toda assim, pode também ter variações que ficam impedidas pela taxonomia que mencionei anteriormente.

Além dessas questões, portanto, conteúdos, trabalhos, taxonomia, falta de flexibilidade, problema de formação de elite, regulamentação pelo governo versus regulamentação profissional e conflito sobre quem pode fazer o que, ainda existem dois outros problemas que eu queria mencionar.

7) RESTRIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS À EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Primeiro considerem-se as restrições graves à expansão do ensino superior. Precisamos triplicar ou quadruplicar a educação superior no Brasil para se ter um número razoavelmente decente em perspectivas internacionais comparadas. Porém, a renda média dos que estão em idade de entrar na universidade, mas ainda estão fora, é menor do que a renda média dos que estão dentro.

Quando se tomam os alunos na idade certa, de 18 a 24 anos, a renda deles é maior do que a dos alunos na idade errada, de 25 anos ou mais, estudando no ensino superior brasileiro.

Quando se toma a demanda potencial em idade certa, de 17 a 23, a renda dela é menor do que a renda tanto dos de idade errada quanto dos de idade certa que estão no ensino superior.

Finalmente, quando se toma a demanda potencial de idade errada, ou seja, pessoas com mais de 25 anos que não entraram na educação superior, a renda também é menor do que a renda daqueles que entraram.

A nossa demanda potencial, na idade certa, passou de dois milhões, em 1993, para sete milhões, em 2003; e, na idade errada de cinco milhões para dez milhões, em 1993 e 2003 respectivamente.

Portanto, grande parte da expansão vai ser feita com a demanda na idade errada um pouco mais alta do que a demanda na idade certa. Então uma das restrições fundamentais a esse desafio da expansão é a renda. E, a renda média dos que estão dentro da universidade caiu, comparando o alunado de 1993 com o de 2003. A renda mediana caiu. Isso significa que desceu, e os coeficientes de dispersão diminuíram, ou seja, está mais harmônico. Ou seja, em 2003 havia um contingente de estudantes no ensino superior proporcionalmente mais pobre do que o existente em 1993. Porém, apesar da taxa de inclusão no ensino superior entre os mais pobres ter dobrado, a taxa de inclusão entre os mais pobres ainda é muito baixa em termos absolutos. Portanto, esse é mais um desafio robusto para a expansão da educação superior no Brasil.

8) EXPANSÃO E EXCELÊNCIA ACADÊMICA: CENÁRIOS DIVERGENTES NO CURTO PRAZO

Finalmente, como último ponto que queria mencionar e trazer como desafio, independentemente da reforma ou não, é a questão do padrão de excelência associado à expansão. Há um mito no Brasil de que conseguiremos crescer na velocidade que temos

crescido -- mais de 10% ao ano nos últimos anos mantendo a qualidade. Nunca tivemos coragem de admitir o seguinte: não pode, não tem jeito de fazer crescimento nessa velocidade, mantendo simultaneamente a qualidade do sistema como um todo. A razão é muito simples: são duas coisas que crescem mas, o numerador cresce a taxas diferentes do denominador, ou seja, tem menos professor do que aluno e eles crescem em velocidade diferente. É impraticável, aritmeticamente, crescer na velocidade necessária e manter a qualidade do sistema todo. É preciso reconhecer isso. Não é vergonha. Qualidade se faz no tempo, desde que você possa acompanhá-la. Então há um mito de que podemos crescer em velocidade alta, mantendo a qualidade do sistema como um todo. Não é possível, a qualidade vai cair como, ademais, vem caindo. Não é impossível, porém, neste processo, manter a qualidade de certas ilhas de excelência, coisa que não estamos conseguindo fazer.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que mantemos aberto o mito de que podemos crescer em alta velocidade com qualidade, recusamos a seleção de instituições de elite. O Governo Federal não pode fazer isso porque ele é todo sindicalizado, Andes, Andifes, corporações de toda natureza pressionam por isonomias variadas, isonomia salarial, isonomia de carreira, ao longo do Brasil. Portanto, o Governo Federal está amarrado; não tem como selecionar universidades sobre as quais possa dizer: estas são minhas referências, tais como são, por exemplo, Harvard, Yale, Berkeley, Stanford no contexto americano. Por outro lado, se o governo não fizer isso, o setor privado não vai saber fazer.

O Governo de São Paulo de certa forma vem conseguindo manter um certo padrão de excelência nas suas universidades estaduais, mas ainda assim com problemas orçamentários também complicados. Se não houver a referência acadêmica de excepcional qualidade, de nível comparado com o sistema internacional, nós não sabemos nem para onde vamos crescer. Se, aproximadamente, 90% das instituições são privadas, e todo o setor privado é novo, há uma nova burguesia de primeira geração que normalmente não veio do ramo, é gente que está se adaptando, não tem referência forte de saber qual é o norte, qual é o rumo a seguir. Então esse rumo tem que ser dado, senão nós vamos degradar o sistema inteiro. Vai degradar pela velocidade. A qualidade vai sair pela porta. E vai degradar pela recusa do governo ou impossibilidade do governo de escolher segmentos para dizer: ali é o padrão de referência brasileiro, podem crescer,

vão perder um pouco de qualidade, mas é para ali que nós vamos. Nós estamos sem matriz de referência.

9) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associando esses problemas, imagino que temos, do ponto de vista estratégico, como nação ou como país, alguns problemas a lidar e eles são muito mais problemas de política pública e de formulação de consenso estratégico do que problemas educacionais estrito senso. Ou seja, por baixo dos problemas educacionais existe uma dimensão estratégica de futuro, que é supra-educacional e é um problema de escolha que nós não vimos fazendo, não fizemos no governo passado e não estamos fazendo nesse governo, como se tivéssemos deixando essa questão escondida. Mas eu queria submeter aos senhores que ela está ali embaixo e ela é mais grave do que a gente pode imaginar. Muito obrigado.

SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Edson Nunes

Ph. D. em Ciência Política, U.C. Berkeley, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, graduou-se em direito e ciências sociais na UFF. Foi pesquisador e Vice-Presidente executivo do IPEA, Secretário Geral Adjunto do Ministério do Planejamento, Presidente do IBGE, Representante do Ministério do Planejamento no Rio de Janeiro e membro do Conselho de Administração do BNDES, e da Dataprev. É professor dos programas de mestrado de Direito e de Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes e Diretor Geral do DATABRASIL - Ensino e Pesquisa. Atualmente, é presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e exerce a função de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (UCAM). Seus trabalhos recentes incluem artigos de natureza acadêmica e jornalística, bem como relatórios de consultoria para agências brasileiras e internacionais. É conferencista de vários programas de pós-graduação e de desenvolvimento gerencial, onde discute temas relativos à educação, conjuntura política, políticas públicas e o Estado brasileiro. Autor de *A Gramática Política do Brasil*, *A Revolta das Barcas: populismo, violência e conflito político*; *Reforma Administrativa*, *Reforma Regulatória: a nova face da relação estado-economia no Brasil*. Organizador dos livros *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social* e *State and Society in Brazil: continuity and change*. Co-autor de *Futuros Possíveis*, *Passados Indesejáveis: selo de qualidade da OAB*, *Provão e ensino superior no Brasil*; *Política Social e Reforma Fiscal: as áreas de saúde e educação no Brasil e Evolução*; *Institucionalização do Ensino superior Privado no Brasil: 1968-1990* e *Dilemmas of State-led Modernization in Brazil*.

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas" , Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Moraes. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo"?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos*

indo?”. Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)

7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC – Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.

15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, *julho de 2003*.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Morais e Márcia Marques de Carvalho, *julho de 2003*.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; *incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração)*.
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003*.
19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003*.
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003*
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2003*.
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*

23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, janeiro de 2004.*
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, fevereiro, 2004.*
28. **Entre o Passado e o Presente**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004.*
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. Série Educação em Números, março de 2004.*
30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado*

no seminário “Niterói 2008 – o Futuro É Agora”. Rio de Janeiro, março de 2004.

31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas*, maio de 2004.
32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**”, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. Trabalho apresentado no “Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título *Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33*.
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. Trabalho apresentado no “Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha”, Congresso, Tema: *Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título “Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos”*.
34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: *O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em **Novo Modelo de Educação para o Brasil**, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.
35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**”, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. Texto apresentado no “Unesco Fórum on

Higher Education, Research & Knowledge: Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educacion". Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. Série Educação em Números.

36. **Nota Técnica sobre os documentos "Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina" e "Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito"**, Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD**, Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no "Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior", FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*
40. **Ensino Superior e Políticas de Inclusão: Análise dos Gastos Familiares com Educação Superior**, Enrico Martignoni e Ana Beatriz Gomes de Moraes. *Texto apresentado no IX Congresso Solar, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*
41. **Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Leandro Malhano. *Publicado em Avaliação e Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios, Daniel de A. Ximenes (org). Brasília: FUNADESP, 2005.*

42. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *abril de 2005*.
43. **O Ensino e a Profissão Jurídica no Brasil: uma Visão Quantitativa**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, julho de 2005 (versão preliminar em processo de revisão)*.
44. **Diretrizes Políticas da Educação Superior x Instrumentos de Avaliação: uma Nota Técnica**, equipe do Observatório Universitário, *maio de 2005*.
- 44 A - Análise dos instrumentos de Avaliação de Universidades e Centros Universitários**, Helena Maria Barroso e Ivanildo Ramos Fernandes, *maio de 2000*
45. **A Questão Universitária no Sistema Federal de Ensino**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *julho de 2005*.
46. **Considerações sobre o Conceito de “Necessidade Social”: Uma Nota Técnica**, Enrico Martignoni e Leandro Molhano, *abril de 2005*.